



Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS	XXXIX
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1.1 O Direito Tributário como ramo do direito público	1
1.2 Atividade financeira do Estado	4
1.3 Definição de tributo	8
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa expressar	9
1.3.2 Prestação compulsória	11
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito	12
1.3.4 Prestação instituída em lei	14
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plena- mente vinculada	14
1.4 Os tributos em espécies	16
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo ..	17
1.4.2 Os impostos	21
1.4.2.1 A criação dos impostos	23
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contribu- tiva	24
1.4.3 As taxas	25
1.4.3.1 Taxas de polícia	26
1.4.3.2 Taxas de serviço	27
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas	30
1.4.3.4 Taxas e preços públicos – notas distintivas	35
1.4.4 As contribuições de melhoria	38
1.4.5 Os empréstimos compulsórios	41
1.4.5.1 Competência, casos e forma de instituição	43

1.4.5.2	Destinação da arrecadação	45
1.4.5.3	Restituição	46
1.4.6	As contribuições especiais	46
1.4.6.1	Contribuições sociais	52
1.4.6.2	Contribuições de seguridade social e outras contribuições sociais	52
1.4.6.3	Contribuições sociais gerais	54
1.4.6.4	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	58
1.4.6.5	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas ...	61
1.4.6.5.1	Contribuição sindical	61
1.4.6.5.2	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	62
1.4.6.6	A Contribuição de Iluminação Pública – COSIP ...	64
1.5	Classificações doutrinárias dos tributos	69
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais	69
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais	69
1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	70
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados	70
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: da arrecadação vinculada e da arrecadação não vinculada	71
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos	72
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	73
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – a classificação do CTN	73
2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR ...	77
2.1	A relação tributária como relação jurídica	77
2.2	As garantias como rol não exaustivo	78
2.3	Quando as garantias configuram cláusulas pétreas	79
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	79

2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	80
2.4	Princípios ou regras?	81
2.5	A legalidade	82
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	83
2.5.2	Exceções ao princípio	84
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	87
2.5.4	Legalidade e medida provisória	89
2.6	Princípio da isonomia	91
2.6.1	Acepções do princípio	91
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	92
2.6.2.1	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – discriminação de servidores de diferentes esferas ..	92
2.6.2.2	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	93
2.6.2.3	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	94
2.6.2.4	O SIMPLES – discriminação entre empresas com base na atividade exercida	95
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva	96
2.7	O princípio da não surpresa	101
2.7.1	Princípio da irretroatividade	103
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	105
2.7.1.2	Irretroatividade e IR	106
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	111
2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro ..	112
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de isenções	114
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	115
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	115
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias	118
2.7.3.2	Exceções à noventena	120
2.8	Princípio do não confisco	121
2.8.1	A configuração de confisco	122
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio ..	125
2.8.3	Pena de perdimento e confisco	126

2.8.4	Taxas e princípio do não confisco	127
2.8.5	Multas e princípio do não confisco	128
2.9	Princípio da liberdade de tráfego	128
2.10	Vedações específicas à União – a proteção ao pacto federativo ..	130
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	130
2.10.2	Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal – princípio da uniformidade da tributação da renda ..	132
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	133
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permi- tidas	134
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacio- nal	135
2.11	Princípio da não discriminação baseada em procedência ou desti- no	138
2.12	Exigência de lei específica para concessão de benefícios fiscais	139
2.13	Imunidades	146
2.13.1	Diferenciação de institutos assemelhados	146
2.13.2	Imunidades e isenções	148
2.13.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	151
2.13.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjéctivas, objectivas e mistas	151
2.13.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas	152
2.13.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	153
2.13.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas ..	153
2.13.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondi- cionadas e condicionadas	154
2.13.4	As imunidades tributárias em espécie	154
2.13.4.1	A imunidade tributária recíproca	155
2.13.4.2	A imunidade tributária religiosa	161
2.13.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sin- dicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	163
2.13.4.4	A imunidade tributária cultural	170
2.13.5	Demais imunidades previstas na CF/1988	175
3.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ...	177
3.1	Competência para legislar sobre direito tributário e competência tributária – diferenças	177

3.1.1	Competência para legislar sobre direito tributário	178
3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – teoria da recepção	179
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	182
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência	182
3.1.2	Competência tributária	184
3.1.3	A repartição da competência tributária	187
3.1.3.1	A competência tributária privativa	187
3.1.3.2	A competência tributária comum	189
3.1.3.3	Competência tributária cumulativa	190
3.1.3.4	Bitributação e <i>bis in idem</i>	191
3.1.3.4.1	<i>Bis in idem</i>	192
3.1.3.4.2	Bitributação	192
3.2	Legislação tributária	195
3.2.1	As leis	197
3.2.1.1	A lei em sentido estrito	197
3.2.1.2	As medidas provisórias	198
3.2.1.3	As leis delegadas	199
3.2.1.4	As resoluções do Senado Federal	199
3.2.1.5	Os decretos legislativos	201
3.2.1.6	Os decretos-leis	201
3.2.2	Tratados e convenções internacionais	201
3.2.2.1	O art. 98 do CTN	202
3.2.2.1.1	O impacto do tratado internacional sobre o direito interno	202
3.2.2.1.2	Os tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – a visão do STF ...	204
3.2.2.1.3	Tratados normativos e contratuais e a legis- lação tributária superveniente – a visão do STJ	205
3.2.2.1.4	O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	207
3.2.3	Os decretos	208
3.2.4	As normas complementares	209
3.2.4.1	Os atos normativos expedidos pelas autoridades ad- ministrativas	209
3.2.4.2	As decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	210

- 3.2.4.3 As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas 211
- 3.2.4.4 Os convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 213
- 3.3 Vigência e aplicação da legislação tributária 214
 - 3.3.1 Validade, vigência e eficácia – noções gerais 214
 - 3.3.2 Vigência da legislação tributária no CTN 218
 - 3.3.2.1 Vigência espacial 219
 - 3.3.2.1.1 A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação 220
 - 3.3.2.1.2 A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional 220
 - 3.3.2.2 Vigência temporal 221
 - 3.3.2.3 O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade ... 224
 - 3.3.3 Aplicação da legislação tributária 225
 - 3.3.3.1 Princípio da irretroatividade no CTN 225
 - 3.3.3.2 Exceções legais ao princípio da irretroatividade ... 227
 - 3.3.3.2.1 A lei expressamente interpretativa 228
 - 3.3.3.2.2 A lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades 232
- 4. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .. 235
 - 4.1 Noções gerais de interpretação 235
 - 4.2 Critérios de interpretação 236
 - 4.2.1 Interpretação quanto à fonte 237
 - 4.2.2 Interpretação quanto aos efeitos ou resultados 238
 - 4.3 Interpretação da legislação tributária no Código Tributário Nacional ... 239
 - 4.3.1 A interpretação necessariamente literal de determinados institutos 240
 - 4.3.2 A interpretação benigna em matéria de infrações 242
 - 4.3.3 Princípios de direito privado e princípios de direito público 244
 - 4.4 O princípio do *pecunia non olet* 247
 - 4.5 Integração da legislação tributária 248
 - 4.5.1 Discricionariedade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração 251

5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	255
5.1 Considerações iniciais	255
5.2 Obrigação tributária principal	257
5.3 Obrigação tributária acessória	258
5.4 Teoria do fato gerador	260
5.4.1 Fato gerador da obrigação principal	262
5.4.2 Fato gerador da obrigação acessória	263
5.4.3 Fato gerador e princípio da legalidade	263
5.4.4 O momento da ocorrência do fato gerador	265
5.4.4.1 Fato gerador definido com base em situação de fato	266
5.4.4.2 Fato gerador definido com base em situação jurí- dica	266
5.4.4.3 As situações jurídicas condicionadas	267
5.5 Evasão, elisão e elusão tributária	269
5.6 Norma geral de antielisão fiscal	272
5.7 Elementos subjetivos da obrigação tributária	274
5.7.1 Sujeito ativo da obrigação tributária	274
5.7.2 Sujeito passivo da obrigação tributária	278
5.7.3 Solidariedade	281
5.7.3.1 Características da solidariedade	283
5.7.4 Capacidade tributária passiva	287
5.8 Domicílio tributário	289
6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	293
6.1 Considerações iniciais	293
6.2 Modalidades de responsabilidade	295
6.3 Responsabilidade por transferência	296
6.4 Responsabilidade por substituição	297
6.4.1 Substituição tributária regressiva	298
6.4.2 Substituição tributária progressiva	299
6.4.2.1 A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva	301
6.4.2.2 A questão da restituição	304
6.5 Disciplina legal da responsabilidade por sucessão	307

6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	308
6.5.1.1	O caso da apresentação de certidão negativa	309
6.5.1.2	O caso da arrematação em hasta pública	310
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis ...	311
6.5.3	A responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	312
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial	317
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	318
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade	321
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	321
6.6	Responsabilidade de terceiros	326
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular	326
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular ..	333
6.7	Responsabilidade por infrações	335
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente	338
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações	341
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	347
7.1	Crédito tributário e lançamento	347
7.1.1	Competência para lançar	350
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada	352
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	353
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento ...	356
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado	357
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo	357
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário	358
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa ...	359
7.1.6	Erro de direito e erro de fato – possibilidade de alteração do lançamento	360
7.2	Modalidades de lançamento	362
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto	363
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto	365
7.2.2.1	Retificação de declaração	367
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento	368
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolancamento”	370
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia	373

8. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ...	375
8.1 Considerações iniciais	375
8.2 Depósito do montante integral	378
8.3 Reclamações e recursos no processo administrativo fiscal.....	380
8.4 Liminar em mandado de segurança	383
8.5 Liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial	385
8.6 Moratória	387
8.6.1 Moratória parcelada e parcelamento – diferenciação	389
8.6.2 Créditos abrangidos pela moratória	391
8.6.3 Moratória individual e direito adquirido	391
8.7 Parcelamento	394
9. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	397
9.1 Considerações iniciais	397
9.1.1 Pagamento	400
9.1.1.1 Cumulatividade das multas	400
9.1.1.2 Pagamento e presunções civilistas	401
9.1.1.3 Local e prazo para pagamento	402
9.1.1.4 Efeitos da mora em direito tributário	403
9.1.1.4.1 Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças	404
9.1.1.4.2 Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora	404
9.1.1.4.3 Processo administrativo de consulta	404
9.1.1.5 Forma de pagamento	405
9.1.1.6 Imputação em pagamento	407
9.1.1.7 Pagamento indevido e repetição de indébito	409
9.1.1.7.1 Restituição de tributo indireto	410
9.1.1.7.2 Restituição de juros e multas	414
9.1.1.7.3 Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição	415
9.1.1.7.4 Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo	421
9.1.1.7.5 Prazo na extinção não contenciosa do crédito	422
9.1.1.7.6 Prazo na extinção contenciosa do crédito ..	424
9.1.1.7.7 Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial	426

9.1.2	Compensação	429
9.1.3	Transação	435
9.1.4	Remissão	437
9.1.5	Decadência	439
9.1.5.1	Regra geral	443
9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem	444
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal ...	445
9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação	447
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”	449
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	451
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a seguridade social	454
9.1.6	Prescrição	455
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional	456
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	456
9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora	457
9.1.6.1.3	A confissão de dívida	458
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional	458
9.1.7	Conversão do depósito em renda	463
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	464
9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência	464
9.1.10	Decisão administrativa irreformável	467
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado	469
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis	469
10.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	471
10.1	Considerações iniciais	471
10.1.1	Isenção	472
10.1.2	Anistia	476
11.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	481
11.1	A questão terminológica	481
11.2	As garantias como rol não exaustivo	481
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário	482

11.2.2 Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas	485
11.2.3 A penhora <i>on-line</i>	487
11.2.4 Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas	490
11.3 Os privilégios	492
11.3.1 Regra geral	492
11.3.2 Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata ...	492
11.3.3 Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento ..	496
11.3.4 Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	497
11.3.5 Autonomia do executivo fiscal	497
11.3.6 Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	499
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	503
12.1 Considerações iniciais	503
12.2 Fiscalização	504
12.2.1 Poderes das autoridades fiscais	504
12.2.2 Os deveres das autoridades fiscais	510
12.2.2.1 O dever de documentar o início do procedimento	510
12.2.2.2 O dever de manter sigilo e suas exceções	512
12.2.2.2.1 A transferência do sigilo	512
12.2.2.2.2 A divulgação das informações	514
12.2.2.2.3 A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	517
12.3 Dívida ativa	520
12.4 Certidões negativas	524
12.4.1 Certidões positivas com efeitos de negativas	525
12.4.2 Dispensa da apresentação de certidão negativa	526
12.4.3 Responsabilidade por expedição de certidão com erro	528
13. OS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	531
13.1 Impostos federais	531
13.1.1 Imposto sobre a Importação – II	532
13.1.1.1 Fato gerador	532
13.1.1.2 Base de cálculo	536

13.1.1.3	Contribuintes	537
13.1.1.4	Lançamento	537
13.1.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	538
13.1.1.6	Visão geral do imposto	541
13.1.2	Imposto de Exportação – IE	542
13.1.2.1	Fato gerador	542
13.1.2.2	Base de cálculo	543
13.1.2.3	Contribuintes	544
13.1.2.4	Lançamento	544
13.1.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação	544
13.1.2.6	Visão geral do imposto	545
13.1.3	Imposto de Renda – IR	545
13.1.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	546
13.1.3.2	Fato gerador	547
13.1.3.3	Base de cálculo	549
13.1.3.4	Contribuintes	550
13.1.3.5	Lançamento	550
13.1.3.6	Visão geral do imposto	551
13.1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	551
13.1.4.1	Seletividade	552
13.1.4.2	Não cumulatividade	552
13.1.4.3	Imunidades	557
13.1.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital	558
13.1.4.5	Fato gerador	558
13.1.4.6	Base de cálculo	559
13.1.4.7	Contribuintes	560
13.1.4.8	Lançamento	560
13.1.4.9	Visão geral do imposto	561
13.1.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	561
13.1.5.1	IOF sobre o ouro	562
13.1.5.2	Fato gerador	563
13.1.5.3	Base de cálculo	564
13.1.5.4	Contribuintes	564
13.1.5.5	Lançamento	564
13.1.5.6	Visão geral do imposto	565

13.1.6 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	565
13.1.6.1 Progressividade	566
13.1.6.2 Imunidade das pequenas glebas	567
13.1.6.3 Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança	568
13.1.6.4 Fato gerador	568
13.1.6.5 Base de cálculo	570
13.1.6.6 Contribuintes	570
13.1.6.7 Lançamento	571
13.1.6.8 Visão geral do imposto	571
13.1.7 Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	572
13.2 Impostos estaduais	572
13.2.1 Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD	573
13.2.1.1 A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – vinculação e progressividade	574
13.2.1.2 Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	574
13.2.1.3 Fato gerador	576
13.2.1.4 Base de cálculo	577
13.2.1.5 Contribuintes	577
13.2.1.6 Lançamento	578
13.2.1.7 Visão geral do imposto	578
13.2.2 Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	578
13.2.2.1 O conceito de mercadoria	580
13.2.2.2 Os serviços tributados pelo ICMS	582
13.2.2.3 Seletividade	585
13.2.2.4 Não cumulatividade	585
13.2.2.5 O ICMS nas operações interestaduais	589
13.2.2.6 O ICMS nas importações	592
13.2.2.7 ICMS e operações de <i>leasing</i>	596
13.2.2.8 ICMS e as operações de comodato na importação	600
13.2.2.9 A tributação conjunta de mercadorias e serviços ...	601
13.2.2.10 Imunidades	603
13.2.2.10.1 Exportações	603

13.2.2.10.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	603
13.2.2.10.3	Outras imunidades	606
13.2.2.11	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	606
13.2.2.12	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	608
13.2.2.13	Fatos geradores	608
13.2.2.14	Bases de cálculo	610
13.2.2.15	Contribuintes	611
13.2.2.16	Lançamento	612
13.2.2.17	Visão geral do imposto	613
13.2.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	613
13.2.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA	614
13.2.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA	615
13.2.3.3	Lançamento	616
13.2.3.4	Visão geral do imposto	616
13.3	Impostos municipais	617
13.3.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	617
13.3.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel ...	617
13.3.1.2	Progressividade extrafiscal	619
13.3.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel	620
13.3.1.4	Fato gerador	621
13.3.1.5	Base de cálculo	622
13.3.1.6	Contribuinte	622
13.3.1.7	Lançamento	624
13.3.1.8	Visão geral do imposto	625
13.3.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	625
13.3.2.1	Definição do município competente para a cobrança ..	627
13.3.2.2	A imunidade nos eventos societários	627
13.3.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	629
13.3.2.4	Fato gerador	629
13.3.2.5	Base de cálculo	630
13.3.2.6	Contribuinte	630

13.3.2.7 Lançamento	630
13.3.2.8 Visão geral do imposto	631
13.3.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	631
13.3.3.1 Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS	632
13.3.3.2 Isenção heterônoma nas exportações	634
13.3.3.3 Fato gerador	635
13.3.3.4 Base de cálculo	635
13.3.3.5 Contribuinte	635
13.3.3.6 Lançamento	635
13.3.3.7 Visão geral do imposto	636
14. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS ...	637
14.1 Noções gerais	637
14.2 Terminologia adotada	638
14.3 Espécies de repartição	639
14.4 Tributos cujas receitas estão sujeitas à repartição.....	640
14.5 Impostos cujas receitas não são repartidas	641
14.6 Casos de repartição direta previstos na Constituição Federal de 1988	641
14.6.1 Repartição direta do IOF-ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	641
14.6.2 Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	641
14.6.3 Repartição direta de receitas da União com os Municípios ..	643
14.6.4 Repartição direta de receitas dos Estados com os Municí- pios	644
14.7 Casos de repartição indireta previstos na Constituição Federal de 1988	646
14.7.1 Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	647
14.7.2 O fundo de compensação à desoneração das exportações ...	651
14.8 Garantias de repasse	653
15. O SIMPLES NACIONAL	655
15.1 Considerações iniciais	655
15.2 Conceito	658

15.3 Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	658
15.4 As condições de enquadramento diferenciado por Estado, DF ou município	661
15.5 Vedações à opção	663
15.5.1 Vedação plena	664
15.5.2 Vedação parcial	665
15.6 Opção pelo regime	669
15.7 Exclusão do regime	670
15.8 Tributos incluídos na sistemática	672
15.9 Tributos não incluídos na sistemática	674
15.10 Tributos sujeitos a regras específicas	675
15.10.1 O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	675
15.10.2 O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	676
15.10.3 O ISS retido na fonte	677
15.10.4 Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	678
15.10.5 ISS e ICMS com valor fixo	678
15.11 Substituição tributária e exportação	679
15.12 Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	681
15.13 Percentuais de incidência e repartição das receitas	682
15.14 O Microempreendedor Individual – MEI e a sistemática de recolhimento em valores fixos	694
15.15 Obrigações acessórias a cargo do optante	699
15.16 Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade inativa	700
15.17 Domicílio fiscal eletrônico	702
15.18 Fiscalização compartilhada	703
15.19 Processo administrativo fiscal	705
15.20 Processo judicial	706
15.21 Instâncias de gerência do Simples Nacional	706
BIBLIOGRAFIA	709
APÊNDICE	713